

Vida Financeira em Equilíbrio

Guia para empresários e gestores

Como conversar sem invadir

Por que essa campanha importa e como conduzi-la sem gerar atrito

Este guia é dirigido a você, empresário, proprietário, gerente, encarregado ou responsável pelos Recursos Humanos. Ele explica por que vale a pena apoiar a campanha "Vida Financeira em Equilíbrio", qual tom usar para não gerar constrangimento ou atrito com os colaboradores, e o que fazer quando um caso pedir mais do que uma conversa — principalmente em situações envolvendo casas de apostas online.

Por que essa campanha importa

Pressão financeira, endividamento e uso problemático de apostas não ficam restritos à vida pessoal do colaborador. Eles costumam aparecer no ambiente de trabalho de formas concretas. Quanto menor a saúde financeira, maior o impacto na saúde mental, mais erros, mais faltas, mais conflitos, menos atenção em tarefas que exigem cuidado.

Apoiar essa campanha de forma preventiva e acolhedora tende a reduzir esses efeitos — e, mais importante, ajuda pessoas reais a saírem de situações difíceis antes que elas se agravem. Isso é bom para o colaborador, para a família dele e para a empresa.

Esta campanha é uma ação complementar de prevenção e bem-estar. Ela não substitui o PGR, a AEP, o PCMSO ou qualquer outra obrigação legal da empresa — apenas soma esforços a eles.

O tom da campanha (leia com atenção)

O ponto mais importante deste guia é este: a empresa deve oferecer informação e porta de entrada para ajuda, mas nunca transformar acolhimento em investigação. A forma como o assunto é comunicado importa tanto quanto o conteúdo.

Evite estas expressões, mesmo informalmente ou em conversas de corredor:

- "funcionário endividado"
- "apostador compulsivo"
- "descontrolado"
- "irresponsável"
- "vício", usado como rótulo da pessoa

Prefira estas expressões:

- "pessoa sob pressão financeira"
- "uso problemático de apostas"
- "dificuldade para controlar as apostas"
- "endividamento que compromete despesas essenciais"
- "necessidade de apoio"

Deixe sempre claro, em qualquer comunicação sobre o tema:

- ninguém será obrigado a informar dívidas;
- a empresa não analisará a situação financeira individual de ninguém;
- a participação em palestras, testes e atendimentos é voluntária;
- informações pessoais ou de saúde compartilhadas serão mantidas em sigilo;
- pedir ajuda não produz nenhuma consequência profissional.

A ordem da comunicação

Evite centrar a comunicação apenas em produtividade. A ordem recomendada é:

01

Saúde e bem-estar

02

Proteção da família

03

Capacidade de tomar decisões

04

Segurança no trabalho

05

Foco e produtividade

Produtividade pode até ser uma consequência positiva, mas não deve ser o argumento principal usado para engajar os colaboradores.



Como a pressão financeira pode aparecer no trabalho

Fique atento a sinais como estes — eles ajudam a identificar quando algo pode estar afetando o colaborador, sem que você precise perguntar diretamente sobre a vida pessoal dele:

- dificuldade de concentração;
- ansiedade e irritabilidade;
- alterações de sono;
- erros operacionais;
- conflitos com colegas ou clientes;
- faltas e atrasos;
- presenteísmo — a pessoa comparece, mas não consegue produzir normalmente;
- maior risco de acidente em atividades que exigem atenção;
- pedidos recorrentes de adiantamento salarial;
- uso excessivo do celular durante o expediente.

Esses sinais não são prova de nada específico. Eles são apenas um convite para uma conversa cuidadosa — nunca para uma acusação ou investigação.

Protocolo: como conversar sem invadir

-  **Observe fatos concretos, não suposições.**
-  **Converse reservadamente, nunca na frente de outras pessoas.**
-  **Explique o comportamento observado, de forma objetiva.**
-  **Pergunte se existe alguma dificuldade afetando o trabalho.**
-  **Deixe a pessoa decidir o que deseja contar — ela não é obrigada a explicar nada.**
-  **Ofereça os canais de apoio disponíveis.**
-  **Estabeleça assuntos relacionados apenas ao trabalho.**
-  **Acompanhe a situação sem perseguição.**

Exemplo de abordagem adequada:

"Percebi que você tem demonstrado dificuldade de concentração e ocorreram alguns erros nesta semana. Há alguma dificuldade relacionada ao trabalho em que possamos ajudar?"

Exemplos de abordagem inadequada — evite frases como:

- "Você está endividado?"
- "Vi que você contratou consignado."
- "Você está apostando?"
- "Quanto você deve?"
- "Sua família sabe disso?"
- "Mostre seu extrato."
- "Se continuar assim, será demitido."

O que o gestor pode e não deve fazer

O que o gestor pode fazer

- Oferecer informação geral sobre crédito, FGTS, consignado e apostas.
- Divulgar canais públicos e sigilosos de orientação.
- Permitir, quando possível, acesso voluntário a atendimento psicológico, social ou financeiro.
- Avaliar temporariamente ajustes razoáveis de rotina quando houver indicação profissional.
- Corrigir fatores internos que possam agravar o sofrimento (metas inalcançáveis, cobranças humilhantes, jornadas excessivas, falta de pausas, conflitos permanentes, incerteza sobre escalas, atrasos ou erros salariais, assédio).
- Aplicar regras gerais sobre celular, segurança e desempenho de maneira uniforme para todos.

O que o gestor não deve fazer

- Monitorar apostas no celular pessoal do empregado.
- Consultar histórico de crédito, SPC ou Serasa.
- Usar a existência de consignado como indicador de confiabilidade.
- Convocar apenas empregados que tenham descontos em folha.
- Expor nomes em reuniões ou grupos.
- Fazer diagnóstico de dependência.
- Obrigar o trabalhador a participar de terapia ou consultoria financeira.
- Oferecer empréstimos como solução automática.
- Permitir que bancos e correspondentes façam pressão comercial dentro da empresa.
- Receber comissão por empréstimos contratados pelos empregados.
- Aplicar punição por uma situação financeira pessoal. Eventuais medidas disciplinares devem se basear em condutas profissionais objetivamente comprovadas, e não na suposta causa particular.

Quando encaminhar para atendimento

Há um limite claro no papel do gestor: identificar sinais e oferecer o caminho, nunca diagnosticar, tratar ou insistir. Em casos mais graves — quando o colaborador demonstra sofrimento importante, pede ajuda diretamente, ou quando os sinais persistem mesmo após uma conversa cuidadosa — o encaminhamento a serviços públicos especializados é o passo certo, não uma conversa mais dura.

Apostas online: já existe uma campanha oficial do Governo Federal

Para o tema apostas, o Ministério da Saúde mantém uma campanha nacional chamada "Apostas Online", com material pronto que pode ser usado como apoio na comunicação interna da empresa (respeitando os termos de uso indicados no próprio site).

- A campanha oferece um autoteste gratuito e sigiloso, disponível pelo aplicativo Meu SUS Digital, com encaminhamento para teleatendimento quando indicado.
- Também orienta a busca por atendimento presencial em uma UBS (Unidade Básica de Saúde) ou, para casos que exigem acompanhamento mais especializado, em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).
- Existe também uma ferramenta oficial de autoexclusão, que permite à pessoa bloquear o próprio acesso a plataformas de apostas autorizadas, impedir a abertura de novas contas com o CPF dela e parar de receber propaganda direcionada.
- A campanha reforça que o acesso a esse apoio é feito "sem julgamento" — o mesmo espírito que orientamos você a adotar nas conversas internas.
- A Ouvidoria-Geral do SUS também atende pelo telefone 136, de segunda a sexta, das 8h às 20h, e aos sábados, das 8h às 18h.

Página oficial da campanha: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2026/apostas-online>

Dica prática: a própria página da campanha reúne peças prontas (vídeos, posts, materiais gráficos) que podem ser baixadas e compartilhadas nos canais internos da empresa — mural, WhatsApp corporativo, e-mail. O conteúdo é publicado pelo Ministério da Saúde sob licença Creative Commons com atribuição e sem alterações; ou seja, pode divulgar as peças originais, dando o crédito ao Ministério da Saúde, mas evite editá-las ou recortá-las fora de contexto.

Outros temas: dívidas, consignado e FGTS

Para os demais temas da campanha, direcione o colaborador aos canais públicos e gratuitos já reunidos nas cartilhas do trabalhador desta campanha:

Canal	Quando indicar
Procon da cidade	Dúvidas sobre contratos, direito do consumidor e apoio em negociações com empresas.
Consumidor.gov.br	Reclamações e negociação direta com empresas, com prazo de resposta.
Defensoria Pública	Orientação jurídica gratuita, incluindo casos de superendividamento.
Meu SUS Digital / UBS / CAPS	Sofrimento emocional, ansiedade, ou dificuldade para controlar apostas.

As cartilhas "Dívidas: por onde começar", "Consignado: sete perguntas antes de assinar" e "FGTS: pense antes de antecipar" trazem esses canais com mais detalhe e podem ser entregues diretamente ao colaborador.

Uma palavra sobre responsabilidade e limites legais

Esta campanha é recomendável como ação complementar de prevenção e apoio, alinhada ao espírito da NR-1 sobre riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Mas vale reforçar os limites:

- Problemas financeiros pessoais, apostas fora do expediente e conflitos familiares não são, isoladamente, riscos ocupacionais que a empresa seja obrigada a eliminar.
- A campanha não substitui a Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP), o PGR, o inventário de riscos ou o PCMSO.
- Dados sobre consignado conhecidos pela folha de pagamento não devem, em nenhuma hipótese, ser usados em decisões de seleção, promoção, avaliação de desempenho ou desligamento — isso pode configurar discriminação pela condição financeira.
- O risco jurídico real não está em fazer a campanha, e sim em transformá-la em vigilância: monitorar a vida financeira dos empregados, usar informações sensíveis em decisões de RH, ou aplicar testes de saúde mental como se fossem avaliação de risco ocupacional.

Em caso de dúvida sobre um caso específico, procure a assessoria jurídica ou o RH da empresa antes de agir. Este guia é informativo e não substitui orientação jurídica ou de saúde e segurança do trabalho.

Resumo rápido

Pode fazer	Não deve fazer
Observar comportamento e conversar reservadamente	Perguntar diretamente sobre dívidas ou apostas
Divulgar canais públicos e sigilosos de apoio	Consultar SPC, Serasa ou histórico de crédito
Corrigir fatores internos de sofrimento (metas, jornadas, assédio)	Monitorar celular pessoal ou redes sociais do colaborador
Encaminhar casos graves a UBS, CAPS ou Meu SUS Digital	Diagnosticar, tratar ou insistir em ajuda não solicitada
Aplicar regras gerais de forma uniforme para todos	Punir com base em situação financeira pessoal

Onde procurar mais canais quando o caso pedir

OuvSUS: <https://www.gov.br/saude/pt-br/canais-de-atendimento/ouvsus>

Meu SUS Digital: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/meususdigital>

Peças da campanha Apostas Online (para divulgação interna): <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2026/apostas-online/acesse-as-pecas>

Ferramenta gratuita de equilíbrio financeiro: <https://plataforma.meubolsoemdia.com.br/>

Um lembrete final

O papel do gestor nesta campanha é abrir a porta, não entrar na sala. Observar, acolher, informar e encaminhar — sempre respeitando a decisão do colaborador de aceitar ou não a ajuda oferecida. É esse cuidado que evita atritos, protege a empresa juridicamente e, principalmente, ajuda pessoas de verdade.

Aviso legal

Este material tem caráter exclusivamente informativo e educativo. Ele não constitui aconselhamento jurídico, financeiro, contábil ou de qualquer natureza profissional, e não substitui a análise individualizada de um advogado, economista ou outro profissional habilitado para o seu caso específico.

As informações aqui apresentadas foram elaboradas com base em fontes públicas e na legislação vigente na data de publicação, podendo estar desatualizadas em razão de mudanças posteriores em normas, taxas, limites ou regulamentações. Antes de tomar qualquer decisão, recomenda-se verificar as condições atuais diretamente com as instituições ou órgãos competentes.

O Sincomavi disponibiliza este conteúdo como parte de uma iniciativa de educação e bem-estar financeiro, sem qualquer finalidade de orientar, induzir ou recomendar decisões financeiras específicas. A leitura e o uso deste material são voluntários. Toda decisão financeira tomada pelo leitor — incluindo a contratação, renegociação ou quitação de dívidas, empréstimos ou qualquer outro compromisso financeiro — é de responsabilidade exclusiva do próprio leitor, não cabendo ao Sincomavi qualquer responsabilidade por resultados, perdas ou consequências decorrentes de tais decisões.

Em caso de dúvida sobre a aplicação de qualquer informação à sua situação pessoal, procure orientação profissional especializada ou os canais públicos gratuitos indicados neste material.